

EXPERIÊNCIA E DESLOCAMENTOS:

o encontro de Marta Teresinha Godinho e Carolina Maria de Jesus nas favelas de São Paulo (1950–1960)

EIXO TEMÁTICO 01: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de Ideias no Urbanismo

CASTRO, Ana Claudia Veiga de

Professora doutora; FAUUSP

anacvcastro@usp.br

RESUMO

Este texto parte do trabalho realizado em 1955 pela assistente social Marta Teresinha Godinho na favela em que a escritora Carolina Maria de Jesus viveu em São Paulo até a publicação de seu livro *Quarto de Despejo* (1960). Busca, nos encontros e desencontros dessas duas mulheres, e nos modos como ambas viram, viveram e narraram a favela, elementos para discutir como esse tipo de assentamento precário se constituiu como questão na cidade que se tornava a principal metrópole da América Latina. Ainda estudante, Marta visitou como estagiária da Prefeitura Municipal de São Paulo as favelas do Piqueri, da Barra Funda, da Ibicaba e do Canindé, e nesta última, encontrou uma mulher que se dizia “poetisa”. Seu relato, a partir da pesquisa que desenvolveu nas quatro favelas, permite percorrer aqueles primeiros núcleos precários e conhecer algo de suas dinâmicas e de seus moradores. Como resultado deste trabalho e tese de conclusão de curso, Marta escreveu em 1955 “O Serviço Social nas Favelas”, no qual reuniu os principais pontos da pesquisa, discutiu a pertinência da assistência social em favelas e formulou um primeiro olhar sobre seus moradores. Esta comunicação propõe uma leitura das práticas de intervenção social e das representações da experiência da favela na cidade de São Paulo nos anos 1950 e 1960 a partir da análise de relatórios técnicos e documentos institucionais relativos ao trabalho de assistência social entrelaçada às narrativas produzidas pela escritora, e publicadas em seus dois livros-diários (em 1960 e 1961). Interessa compreender como diferentes regimes de saber – o técnico-assistencial e o testemunhal-literário – produziram imagens, diagnósticos e soluções para o mesmo “problema”, notando como a experiência direta nas favelas tensiona e transforma os referenciais da intervenção social, ao deslocar saberes e reconfigurar suas práticas. Ao iluminar alguns pontos da trajetória profissional de Godinho e através dela discutir o papel de um saber técnico que produziu a favela como problema social e objeto de intervenção, ao mesmo tempo em que era transformado pela experiência concreta nesses espaços e de seus sujeitos, pretende-se também contribuir para situar São Paulo em uma história maior da questão da favela na América Latina.

Palavras-chave: São Paulo; Favela; Assistência Social; Representações; História urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This text stems from work carried out in 1955 by social worker Marta Teresinha Godinho in the favela where the writer Carolina Maria de Jesus lived in São Paulo until the publication of her book Quarto de Despejo [Child of Darkness] (1960). It seeks, in the encounters and disencounters of these two women, and in the ways in which both saw, lived, and narrated the favela, elements to discuss how this type of precarious settlement constituted an issue in the city that was becoming the main metropolis of Latin America. While still a student, Marta, as an intern for the São Paulo Municipal Government, visited the favelas of Piqueri, Barra Funda, Ibicaba, and Canindé, and in the latter, she met a woman who called herself a "poet." Her account, based on the research she conducted in the four favelas, allows us to explore those early precarious settlements and understand something of their dynamics and their inhabitants. As a result of this work and her undergraduate thesis, she wrote "Social Work and the Favela" in 1955, in which she compiled the main points of her research, discussed the relevance of social assistance in favelas, and formulated an initial look at their inhabitants. This paper proposes an interpretation of social intervention practices and representations of the favela experience in the city of São Paulo during the 1950s and 1960s, based on the analysis of technical reports and institutional documents related to social assistance work, intertwined with narratives produced by the writer and published in her two diary-books (in 1960 and 1961). The aim is to understand how different regimes of knowledge – the technical-assistance and the testimonial-literary – produced images, diagnoses, and solutions for the same "problem," noting how direct experience in the favelas challenges and transforms intervention frameworks, shifting knowledge and reconfiguring practices. The aim is, by illuminating some points in Godinho's professional trajectory and discussing the role of a technical knowledge that produced the favela as a social problem and object of intervention, while at the same time being transformed by the concrete experience in these spaces and of their subjects, to contribute to situating São Paulo within a larger history of the favela issue in Latin America.

Keywords: São Paulo; Slum; Social Assistance; Representations; Urban History.

RESUMEN

Este texto surge del trabajo realizado en 1955 por la trabajadora social Marta Teresinha Godinho en la favela donde vivió la escritora Carolina María de Jesús en São Paulo hasta la publicación de su libro Quarto de Despejo [Cuarto de Desecho] (1960). Busca, en los encuentros y desencuentros de estas dos mujeres, y en las maneras en que ambas vieron, vivieron y narraron la favela, elementos para analizar cómo este tipo de asentamiento precario constituía un problema en la ciudad que se estaba convirtiendo en la principal metrópolis de Latinoamérica. Siendo aún estudiante, Marta, como pasante del Gobierno Municipal de São Paulo, visitó las favelas de Piqueri, Barra Funda, Ibicaba y Canindé, y en esta última conoció a una mujer que se hacía llamar "poeta". Su relato, basado en la investigación que realizó en las cuatro favelas, nos permite explorar esos primeros asentamientos precarios y comprender algo de su dinámica y sus habitantes. Como resultado de este trabajo y de su tesis de licenciatura, escribió "Trabajo social y la favela" en 1955, donde recopiló los puntos principales de su investigación, analizó la relevancia de la asistencia social en las favelas y ofreció una aproximación inicial a sus habitantes. Este artículo propone una interpretación de las prácticas de intervención social y las representaciones de la experiencia de la favela en la ciudad de São Paulo durante las décadas de 1950 y 1960, basada en el análisis de informes técnicos y documentos institucionales relacionados con el trabajo de asistencia social, entrelazados con narrativas producidas por la escritora y publicadas en sus dos diarios (en 1960 y 1961). El objetivo es comprender cómo diferentes regímenes de conocimiento —el técnico-asistente y el testimonial-literario— generaron imágenes, diagnósticos y soluciones para el mismo "problema", destacando cómo la experiencia directa en las favelas desafía y transforma los marcos de intervención, modificando el conocimiento



PENSAR FORA DO EIXO

y reconfigurando las prácticas. El objetivo es, al esclarecer algunos puntos de la trayectoria profesional de Godinho y analizar el papel de un conocimiento técnico que produjo la favela como problema social y objeto de intervención, a la vez que se transforma por la experiencia concreta en estos espacios y de sus habitantes, contribuir a situar a São Paulo dentro de una historia más amplia del problema de las favelas en América Latina.

Palabras clave: *São Paulo; Tugúrio; Asistencia Social; Representaciones; História Urbana.*

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

No tocante ao nível intelectual, encontramos coisas interessantes, como uma “poetisa”, que tinha verdadeira mania de viver escrevendo e de se sentir atraída pela cultura. Falava termos exóticos, apesar de mal empregados; julgava-se um gênio. Tinha algumas obras suas publicadas em jornais sensacionalistas, o que vinha alimentar sua ilusão. Vivia suja e maltrapilha, com os filhos e o barraco imundo, passava fome, mas tinha dicionários e muito papel para escrever (Godinho, 1955, p. 56-57).

Em 1955, a jovem assistente social Marta Teresinha Godinho, em trabalho de campo nas favelas, surpreende-se por encontrar na favela do Canindé uma moradora que se julgava poeta. “Suja e maltrapilha” – como ela descreve a maioria daqueles sujeitos – a figura improvável da escritora chama a sua atenção. Parecia quase impossível que alguém, naquelas condições tão precárias, que ela verificava por meio de atendimentos e levantamentos sobre a situação dos que ali habitavam, pudesse sentir-se “atraída pela cultura”. E, devemos acrescentar, pela cultura letrada. Naqueles anos, segundo os dados do IBGE, metade da população adulta brasileira ainda era analfabeta, e podemos supor que entre a população negra esse número fosse ainda maior¹.

Poucos anos depois, quando vem a público os diários de Carolina de Jesus na forma de livro, somos nós que nos surpreendemos ao conhecer algo daquela vida – daquelas vidas – percebendo, em meio a pobreza extrema, elementos de um dia a dia comum a todos nós:

Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem - 21 de julho de 1955 (Jesus, 2014 [1960], p. 23-24).

São as marcas desse cotidiano doméstico – chegar em casa, tomar banho, comer alguma coisa e, antes de se deitar, pegar um livro para ler – que imediatamente aproximam o leitor daquela experiência urbana. No entanto, outras anotações nos colocam diante de uma realidade que, na década de 1950, poucos pareciam conhecer, mas que até hoje ainda nos interpela.² Entre sonhos e pensamentos, Carolina também descreve o horror da vida na favela e reconstituiu o dia-a-dia difícil daqueles homens e mulheres pobres na metrópole, afirmando em 31 de maio de 1958, para não deixar dúvidas, que “casa é casa, barracão é barracão” (Jesus, 2014 [1960], p. 203).

¹ Para o ano de 1950, 49,5% da população adulta maior de 15 anos consta como analfabeta (IBGE, 2022).

² O interesse pela obra de Carolina, que se reflete no número crescente de teses sobre a escritora nos diversos campos ou no projeto de edição de todos os seus livros pela Cia das Letras (em curso), entre outras iniciativas, é certamente fruto das transformações positivas que o país viveu nos últimos anos, discutindo de maneira aberta a questão racial e os entraves do racismo ao desenvolvimento brasileiro, promovendo ações afirmativas na universidade. Longe de ser suficiente, é pelo menos auspicioso.

PENSAR FORA DO EIXO

Este texto parte do trabalho realizado em 1955 pela assistente social Marta Teresinha Godinho na favela em que a escritora Carolina Maria de Jesus viveu em São Paulo até a publicação do livro *Quarto de Despejo* (1960), e busca, nos encontros e desencontros dessas duas mulheres, nos modos como ambas viram, viveram e narraram a favela, elementos para discutir como um novo tipo de assentamento precário se constituía como *questão* na cidade que se tornava a principal metrópole da América Latina (Morse, 1970). Utilizo a palavra “novo” pois se em outras cidades brasileiras, ou mesmo em outros países latino-americanos, a favela (valendo-se eventualmente de outras denominações) já era alvo de pesquisa, debates e até políticas públicas (fosse para erradicá-las, fosse para urbanizá-las³), em São Paulo o reconhecimento oficial parece ocorrer tardiamente, sendo o primeiro Cadastro Geral de Favelas de São Paulo elaborado apenas em 1973⁴ (Taschner, 2001). Como parte de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a história das primeiras favelas na capital paulista, proponho elaborar aqui – a partir de relatórios técnicos e documentos institucionais relativos ao trabalho de assistência social, em especial o documento “O Serviço Social nas favelas” (1955); e de narrativas produzidas pela escritora Carolina de Jesus, notadamente seus livros *Quarto de despejo, diário de uma favelada* (1960) e *Casa de Alvenaria, diário de uma ex-favelada* (1961) – uma primeira leitura das práticas de intervenção social e das representações da experiência da favela na cidade de São Paulo nos anos 1950 e 1960.

1. ENCONTRO

Ainda estudante, no final do curso de graduação na Escola de Serviço Social, a jovem Marta Teresinha Godinho teve a oportunidade de se tornar estagiária no Setor de Assistência à Família (Serviço Social de Casos) da Comissão de Assistência Social do Município (CASMU) da Prefeitura de São Paulo, e com isso percorrer as favelas do Piqueri, da Barra Funda, da Ibicaba e do Canindé. O trabalho tem início em janeiro de 1954, com o levantamento dessas favelas e o tratamento de seus casos, contando com quatro servidores, além dos outros estagiários, sediados em um pequeno escritório (em geral em um barraco desocupado) estabelecido em cada uma delas. A CASMU havia sido criada pelo Decreto n. 1319 de 4 de abril de 1951, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefe-

³ A bibliografia é extensa sobre o tema, e com ela é possível afirmar que a favela é um tema de pesquisa e intervenção em vários lugares, com programas públicos mais estruturados e pesquisas universitárias consistentes desde a década de 1950, pelo menos (Aboy, 2019). Remeto ainda à Gorelik (2022), que discutiu a questão por meio de um seminário organizado pela Unesco e pela Cepal em 1959, no qual olhares para as favelas em cidades distintas puderam ser confrontados.

⁴ Realizado em 1973, é publicado pela Prefeitura como boletim, sob o nome “Estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo”, em 1974.

⁵ Prefeito entre 01/02/1951 e 07/04/1953.

PENSAR FORA DO EIXO

Garcez⁶ –, marcando o início do Serviço Social na administração pública municipal.⁷ Coordenada inicialmente pelas esposas de prefeitos (as primeiras-damas), a CASMU antecedeu a estrutura da secretaria de assistência social.⁸

Em outubro de 1953, o prefeito Jânio Quadros⁹ encarrega a CASMU, através da Portaria n. 76, de ficar responsável pelo trabalho nas favelas. Com isso, quatro núcleos, situados em terrenos públicos, são escolhidos pela Prefeitura para serem desmontados. Não havendo, entretanto, um corpo técnico qualificado dentro da estrutura municipal que pudesse levar adiante tal propósito, define-se a estratégia de se celebrar convênios com entidades privadas – filantrópicas – que pudessem auxiliar nos trabalhos. Em janeiro de 1954, por meio de uma concorrência, é firmado um convênio com a Confederação das Famílias Cristãs, e a jovem estudante de Serviço Social Marta Teresinha Godinho é contratada. Única mulher a trabalhar no projeto, a ela coube aproximar-se daqueles moradores, sobretudo das mulheres e crianças, para conhecê-los melhor e propor alguns caminhos para sua efetiva “assimilação” na vida urbana.

Como resultado desse estágio, Marta escreveu em 1955 a sua tese de conclusão de curso: “O Serviço Social nas Favelas”, na qual reuniu os principais pontos da pesquisa, discutiu a pertinência da assistência social nas favelas e formulou um primeiro olhar sobre seus moradores (Godinho, 1955). O relato, a partir do trabalho desenvolvido nas quatro favelas mencionadas, permite ao leitor de hoje percorrer alguns dos primeiros núcleos precários na cidade e entender algo de suas dinâmicas e de seus moradores – ou melhor, permite entender como o poder público, por meio da assistência social, compreendia aquela população em franco crescimento.

Levando à campo o método do Serviço Social que aprendia na escola (“estudo, diagnóstico, tratamento”), derivado dos ensinamentos da Ação católica (“observar - julgar - agir”), que levava à criação do curso, o relatório é um documento importante em muitos sentidos. Reúne os dados da pesquisa

⁶ Governador entre 1951 e 1955, eleito pelo Partido Social Progressista (PSP).

⁷ A CASMU teria como competências: a) propôr ao Prefeito medidas de entrosamento e cooperação entre os serviços assistenciais do Município e os mantidos pela União, Estado, entidades autárquicas e instituições privadas de serviço e assistência social; b) encaminhar desajustados deste Município às Secretarias Municipais que possam prover medidas para soluções compatíveis, bem como à instituições de assistência social subvencionadas pela Municipalidade; c) receber, investigar e encaminhar os pedidos de atestados de pobreza, a exceção da parte que disser respeito ao disposto no artigo 4o, parágrafo 1o e 2o da lei federal n. 1060 de 5 de fevereiro de 1950; d) opinar sobre pedido de subvenção, dirigido ao Prefeito, em favor de instituições de assistência social (Decreto n. 1319, 1951), citado por Godinho, 1955.

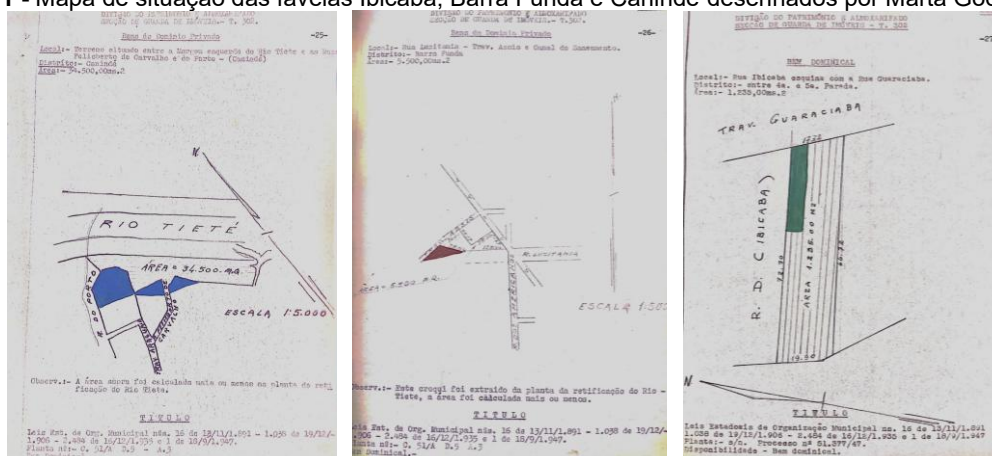
⁸ Vale notar que no âmbito estadual, em 1932 é criado o Centro de Estudos de Ação Social (CEAS), em 1935, o Departamento de Assistência Social, e em 1938, substituindo-o, o Departamento de Serviço Social (Iamamoto e Carvalho, 1991, pp. 172-179).

⁹ Jânio fica no cargo de 08/04/1953 a 06/07/1954 (e um breve período entre 18/01/1955 e 30/01/1955), sendo o vice-prefeito José Porfírio da Paz, ambos do Partido Democrata Cristão (PDC). A eleição municipal em 1953 foi a primeira eleição direta para prefeito e vice-prefeito depois da Revolução de 1930 e do Estado Novo. Entre 07/07/1954 a 17/01/1955, José Porfírio da Paz, assumiu a prefeitura, de forma intermitente, durante a campanha de Jânio Quadros para o governo do estado de São Paulo (8 em 8 dias, separados por 1 dia, em que Jânio assumia o governo de forma a evitar o desrespeito à Lei Orgânica vigente). Ver PMSP, 2020.

PENSAR FORA DO EIXO

empírica; descreve o histórico de formação de cada núcleo¹⁰ e a sua localização precisa (chegando a elaborar um mapa de situação); e permite perceber, nesses casos, um movimento inverso ao que se poderia supor: as favelas nasciam de despejos de ocupações de terrenos particulares em áreas mais distantes do centro e eram transferidas pela Prefeitura para áreas centrais. Também sistematiza as condições de vida dos moradores (precedência, situação higiênica, situação profissional, situação econômica, situação social, situação moral) e, após o diagnóstico, aponta possibilidades de intervenção, baseadas nos ensinamentos laicos, mas também religiosos, que embasavam o próprio Serviço Social.

Fig. 1 - Mapa de situação das favelas Ibicaba, Barra Funda e Canindé desenhados por Marta Godinho



Fonte: Godinho, 1955, pp. 25-27.

Marta se ressentia da falta de materiais escritos, pesquisas ou quaisquer outros trabalhos de onde pudesse partir, pois embora não fosse um “problema típico brasileiro” (havendo favelas em Londres, Xangai ou Roma, como ela diz), diferentemente do Rio, ainda “não havia nada a respeito de favelas em São Paulo” (Godinho, 1955, p.9). Deixa implícito o ineditismo de seu trabalho, no sentido de

¹⁰ A favela do Piqueri começa com o desmonte da favela da Lapa para a construção do mercado municipal da Lapa, quando Paulo Lauro (prefeito entre 29/08/1947 e 25/08/1948, nomeado pelo interventor Adhemar de Barros) autoriza a ocupação daquele terreno (metade das pessoas que viviam na Lapa vão para lá). O despejo dura 7 meses, a PMSP fornece o transporte e madeiras para a construção dos barracos novos. Além disso, a Divisão de Obras constrói poços, tanques e fossas. A Prefeitura mantém um funcionário controlando para não haver cobrança de aluguel ou venda dos barracos, evitando ainda que novos habitantes chegassem. Além das casas, há quatro bares (birosacas). O mesmo em relação ao Canindé, também formada na gestão de Paulo Lauro com moradores vindos da desocupação de uma favela na rua Antônio Barros, no Tatuapé, para um terreno da Prefeitura, no qual instala uma caixa d'água – já que a situação de várzea impedia de se cavar poços. Tanto a favela da Barra Funda quanto a da Ibicaba também são frutos da desocupação do terreno do particular do Tatuapé (não fica claro se é o mesmo, mas pode-se supor que sim – portanto, a dispersão daquela primeira favela teria provocado o surgimento de pelo menos mais três núcleos). Na Barra Funda, segundo Godinho, os moradores assinam um documento declarando que são responsáveis por construir o barraco, no terreno obtido a título precário e gratuito, e que sairiam em 30 dias quando a Prefeitura solicitasse – ali 23 famílias receberam lotes de 6 X 12. A favela da Ibicaba é a única que ocupa um terreno próximo da favela original. Godinho diz que ela é formada de viúvas e pessoas mais velhas. Ali também não é possível cavar poços, e se adquire água “nas proximidades” (Godinho, 1955).

PENSAR FORA DO EIXO

buscar elaborar uma visão de conjunto, embora mencione ações e levantamentos prévios de situações particulares.¹¹ Para introduzir o leitor na problemática, a assistente busca definir o que é a favela, recolhendo descrições em dicionários e concluindo que:

Favela é um aglomerado de habitações toscamente construídas, em terreno alheio, e desprovidas de recursos higiênicos, onde vivem pessoas (humanas) na mais completa desintegração psico-social. Quase que completamente marginais à vida humano-social apresentando os mais sérios problemas de desajustes (Godinho, 1955, p.9).

Em meio a linguagem técnica, notam-se elementos morais e explicações psicologizantes, decorrentes dos fundamentos católicos do próprio campo da assistência social e de uma ciência ainda eivada de preconceitos deterministas. Marta descreve a difícil “penetração no meio”, o esforço para conquistar a confiança dos moradores, e mesmo para compreendê-los diante das diferenças de origem e de classe: “a dificuldade da identidade até mesmo com a linguagem deles, com a sua mentalidade (de marginais) com seus usos e costumes, exigiram muita habilidade na utilização dos métodos e processos do Serviço Social” (Godinho, 1955, p. 3).

Após a introdução em que situa o convênio da CASMU com a Confederação das Famílias Cristãs e define os objetivos do relatório, o trabalho se organiza em quatro capítulos: Favelas (conceitos); Favelas e o Serviço Social; Favelas e a Educação Popular; e o final, com Conclusões e Sugestões. A assistente percebe o momento crucial que a cidade vivia em relação às favelas – que começavam a tomar alguma proporção, embora, ela diz, ainda nada comparável com o Rio. De fato, a capital da República é contraponto constante:¹²

Contudo, com o êxodo rural e nordestino e com as condições difíceis de vida, *corríamos o risco de virmos a ter um problema grave*, pois as favelas se apresentam como refúgio em situações difíceis. Dessiminadas [sic] pela cidade *poderiam vir-se avolumando, num surto intenso, sem que ninguém as notasse* e, em pouco, estaríamos a braços com um problema de complexa solução como no Rio, se não se tivesse pensado num trabalho efetivo àquela altura dos acontecimentos.

Não só como medida preventiva de caráter urbanístico como pelo aspecto humano, urgia um trabalho em São Paulo nas favelas, *pois era inconcebível que, numa cidade de tanta riqueza e progresso como a nossa, vivessem grupos, porque não dizer comunidades, em grau infra-humano, que mais pareciam animais amontoados ou encurralados*. Seria um ponto negro em nossa civilização tão inflamada de doutrinas sociais e marcada pelo direito social. Muito menos se justifica que a própria Prefeitura permitisse em seus terrenos uma tão flagrante injustiça social. Isso seria uma permissão ou um “fechar de

¹¹ Por exemplo, refere-se a pesquisas estatísticas de algumas favelas da cidade realizadas anos antes: Ibirapuera, Oratório e Guaicurus (Lapa), que teriam sido publicadas no *Boletim Mensal da Divisão de Estatística e Documentação Social* da Prefeitura de São Paulo (Godinho, 1955, p. 4).

¹² “As favelas em São Paulo, não foram e não são tão grandes como as do Rio, nas quais chegam a habitar mais de mil famílias” (Godinho, 1955, p. 6). No entanto, pelas notícias de jornal, é possível saber que já há favelas em São Paulo com mais de 300 famílias - ou seja, nem tão pequenas assim (Castro e Flock, 2025).

PENSAR FORA DO EIXO

olhos” que a desmoraliza na atitude consciente de uma ação política diante das realidades municipais. (Godinho, 1955, p.9, grifos meus).

A trecho é extenso, mas é importante recuperá-lo porque transmite o senso de urgência da jovem, que reconhecia que a Prefeitura precisava agir imediatamente.¹³ Interessa destacar aqui a ideia de um crescimento “sem que ninguém as notasse”, indicando como esses primeiros núcleos estavam situados em áreas não urbanizadas (várzeas), ou em pequenos terrenos escondidos entre bairros. Ao recuperar o histórico do surgimento das favelas, reputa-as à “abertura de avenidas”¹⁴. Embora mencione algumas favelas (Ibirapuera, Floresta, Guaicurus...), também afirma que a primeira teria sido a Favela do Glicério, nascida das desapropriações levadas adiante pelo prefeito Prestes Maia entre 1942 e 1945, deixando muita gente sem ter onde morar, levando-os a improvisarem barracos, primeiro em um terreno na várzea do Tamanduateí, onde depois se instalou o Parque Changai, e em seguida sendo transferida para um terreno cedido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), onde a Prefeitura constrói galpões de madeira com o intuito de “melhorar” a vida daquelas pessoas.¹⁵ Com a solicitação do IAPI da devolução do terreno, há uma nova dispersão, indicando um mecanismo que se tornaria corrente: formação de núcleos, crescimento, desmonte, dispersão, novos núcleos – muitas vezes, como aconteceu ali, com apoio do próprio poder público.

Esse breve histórico indica que a municipalidade atuava sobre as favelas, sem sistematicidade, mas mantendo dentro da Seção de Patrimônio – divisão municipal que cuidava dos terrenos públicos – funcionários que “cuidavam” das favelas. Mas com a criação da CASMU, a questão iria ganhar outros contornos.

Dos quatro núcleos pesquisados, as favelas da Barra Funda e da rua Ibicaba são consideradas pequenas (16 barracos em cada uma) – e em relação a definição do IBGE, que a partir do Censo

¹³ Marta, entretanto, diz que mudanças políticas levaram a mudanças na CASMU e teriam provocado corte das verbas, dificultando as ações de desfavelamento.

¹⁴ O próprio Prestes Maia, em seu *Estudo para um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*, de 1930, formula a ideia de que as avenidas deveriam passar em áreas de várzea, de ocupação popular, o que minimizaria custos de desapropriação, garantindo ainda o embelezamento da cidade (Prestes Maia, 1930). Com as obras iniciadas em 1938, aliadas à Lei do Inquilinato (1942), o problema habitacional ganha maiores proporções.

¹⁵ Em 1946, “devido às péssimas condições”, o prefeito Abraão Ribeiro (nomeado pelo interventor federal em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, foi prefeito entre 11/11/1945 e 15/03/1947) teria conseguido uma área livre próxima à favela com o IAPI, onde teriam sido construídos galpões de madeira com 326 cômodos, cozinhas coletivas, chuveiros e WCs compartilhados. A Prefeitura, para fazer a transferência da favela aos galpões, designou um servidor da Seção do Patrimônio para elaborar uma ficha por família. Entretanto, a mudança seria atropelada por ordens superiores (o que leva a pensar em ações clientelistas), impedindo a organização inicial e desvirtuando o processo. Os moradores passaram a chamar os galpões de Vila Nossa Senhora da Conceição, mas logo também ficaria conhecida como favela do Glicério. A Prefeitura alugava os cômodos às famílias por uma pequena taxa, e também havia uma organização interna para manter a limpeza do local. Além disso, montou-se uma escola e uma capela, bem como um posto de polícia no local. Esta favela teria recebido a visita de um funcionário do Serviço Social do Estado, sem, entretanto, ter havido qualquer ação mais efetiva. A dinâmica descrita mostra o papel do poder público municipal na criação de núcleos temporários, com assistência sanitária, cobrança de aluguel, apoio de equipamentos públicos, gerando uma nova favela em volta.

PENSAR FORA DO EIXO

de 1950 havia incluído a favela como “categoria” domiciliar, elas nem mesmo seriam consideradas favelas¹⁶ –; e as do Piqueri e do Canindé, maiores (com 132 barracos e 96 barracos). O número de famílias era maior, entretanto, pois alguns barracos abrigavam mais de uma família. Todas elas eram fruto de despejos de outras favelas, indicando que o processo vinha de antes, notando que a maioria dos seus moradores residia em favelas há mais de cinco anos. Havia pessoas, em geral mulheres, que nunca haviam saído da favela, e Marta reputava isso a um certo imobilismo quase psíquico, oriundo da própria situação de isolamento que viviam.

As casas em geral eram feitas de tábuas e caixotes de madeira; algumas com telhas de zinco; no geral de “chão batido”, ainda que algumas possuíssem assoalhos; a maioria com um único cômodo, ainda que algumas pudessem ter 2 ou 3 cômodos. Sem água, sem luz, sem instalações sanitárias, a precariedade era evidente. A questão higiênica era “algo de quase nulo, não só quanto à habitação, como ao vestuário, à pessoa e ao ambiente” (Godinho, 1955, p. 43). Água fétida em poços que se contaminaram com fossas, valas feitas para a dispensa de águas servidas empossavam e juntava moscas – ao lado de crianças que ali brincavam, já que não havia outros espaços. A higiene pessoal era precária, pois a falta d’água e a falta de dinheiro impediam que houvesse um cuidado maior:

Levantei de manhã triste porque estava chovendo. [...] O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. *Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado* - 23 de maio de 1955 (Jesus, [1960] 2014, p. 37, grifo meu).

Do ponto de vista da inserção profissional, embora Marta apontasse a dificuldade dos favelados em acharem emprego, muitas vezes devido ao endereço na favela, havia ali alguns trabalhadores sindicalizados, que contribuía aos IAPs e ganhavam salário mínimo. Mas era a minoria. Em geral viviam de bicos, empregos domésticos, e havia os sem trabalho, vivendo de caridade em situação de precariedade extrema, passando às vezes dias sem comer. Ou seja, a situação econômica era grave, a despeito dos índices de industrialização, processo que no fundo parecia se aproveitar do achatamento dos salários. A fome era cotidiana. Décadas antes do filme de Ermínia Maricato e Renato Tapajós, *Loteamento clandestino*, onde se ouve o jornalista Fernando Pacheco Jordão repetir a cada cena: “Mas o salário não dá” (Aravecchia-Botas e Castro, 2025), Carolina era a prova

¹⁶ A primeira definição de favela pelo IBGE ocorre em 1950: a) Uma agrupação de pelo menos 50 construções; b) Predomínio de casinhas e barracos de típica aparência rústica, geralmente construídos de tábuas e chapas galvanizadas ou materiais análogos; c) Construções não autorizadas e não fiscalizadas em terrenos de terceiros ou de donos desconhecidos; d) Construções não incluídas nas redes gerais de abastecimento de água potável, esgotos, luz e telefones; e) Zona sem urbanizar que não tem adequada divisão em ruas, nem sistema de numeração, ou pagamento de impostos e contribuições. Ver IBGE, 2024.

PENSAR FORA DO EIXO

que parte da população, mesmo trabalhando diariamente, mesmo morando na favela, não conseguia viver com dignidade.

[...] lá catando tudo o que encontrava. Ferro, lata, carvão, tudo serve para o favelado. O Leon pegou o papel, recebi seis cruzeiros. Pensei guardar o dinheiro para comprar feijão. Mas, vi que não podia porque o meu estomago reclamava e torturava-me.

.... Resolvi tomar uma media e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! [...]

Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. [...]

Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida - 27 de maio de 1955 (Jesus, [1960] 2014, p. 44-5).

Fig. 2. Levantamento fotográfico da Favela do Piqueri e do Canindé



Fonte: Godinho, 1955, p. 15 e 18.

O trabalho de Marta também reúne um conjunto de imagens que nos permitem entender melhor a situação das casinhas/barracos construídos nas várzeas. O retrato algo idílico, emulando a casa rural, não deve enganar: o local não apresentava as mínimas condições de urbanidade. Em 20 de maio de 1955 Carolina anotou: "... Havia pessoas que nos visitava e dizia: _ Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo" (Jesus, [1960] 2014, p. 37). E adiante, o trecho que marcou Audálio Dantas e que o jornalista leva para o título do livro:

[...] a noite eu já estava *na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre*. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes e veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela *tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo* (Jesus, [1960] 2014, p. 37, grifos meus).

PENSAR FORA DO EIXO

O excerto condensa toda a descrição presente no relatório de Marta, recuperando nessa única entrada do diário “a situação higiênica, a situação profissional, a situação econômica, a situação social, a situação moral”. Como assistente social contratada pela Confederação das Famílias Cristãs, Marta teria especial atenção à “situação moral” das famílias obrigadas a viver em um ambiente de promiscuidade, e nesse sentido notou haver “uma mentalidade não propriamente imoral, mas amoral, o que é coisa difícil de se vencer” (Godinho, 1955, p. 60).

[...] as vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são educadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. *São diamantes que transformam em chumbo*. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visitas e foram para o quarto de despejo – anotação de 20 de maio de 1955 (Jesus, [1960] 2014, p. 38, grifo meu).

Carolina também notava uma espécie de “endurecimento” – um embrutecimento provocado pela situação de precariedade e violência – e é nesse sentido que suas imagens contribuem para um deslocamento dos julgamentos. Não há na sua literatura espaço para romantismos na violência imposta àqueles sujeitos. Mas não há julgamento moral. A escritora nota de modo preciso a questão estrutural da situação vivenciada por eles e seus efeitos.

No contato com os moradores, Marta também acabou refletindo sobre o próprio trabalho da assistência social – e seus limites. A difícil aproximação revela-se nas frases ao longo das descrições das pessoas. Retomemos seu encontro com Carolina: “Vivia suja e maltrapilha, com os filhos e o barraco imundo, passava fome, mas tinha dicionários e muito papel para escrever” (Godinho, 1955, p.56). O trecho é significativo do modo como o serviço público – e o serviço social, em tese o mais apto a lidar com aqueles sujeitos – olhava para aqueles favelados. Há quase uma acusação no fato de viver suja/ não ter o que comer e, ao mesmo tempo, ter dicionários/ ter papel para escrever.

Fig. 3: Pessoas típicas e Festa de Natal/ As comungantes



Fonte: Godinho, 1955, p. 29 e XVIII.

PENSAR FORA DO EIXO

O Serviço Social era um campo relativamente novo no Brasil. A primeira escola havia sido fundada em 1936 em São Paulo, sob forte influência da doutrina social da Igreja Católica – já no governo Vargas – que vinha justamente trabalhando pelo “alinhamento doutrinário do Estado laico ao direito natural orientado por suas normas transcendentais” (Iamamoto e Carvalho, 1991). A Escola se constituiu como um espaço de formação para os setores médios, negociando com o Estado os modos de absorção de suas alunas – cujo curso se completava nos estágios realizados em instituições diversas.¹⁷ A passagem de Godinho pela CASMU mediada pela Confederação das Famílias Cristãs não é algo distinto do que se apresentava como caminho formativo.

No entanto, Godinho se forma a partir de um currículo novo, organizado por Helena Iracy Junqueira, a segunda diretora da Escola. Poucos anos depois, é Junqueira quem conduz um projeto de desfavorecimento da Favela do Canindé (PMSP, 1962), ao ser nomeada pelo prefeito Jânio Quadros secretária de Educação e Cultura (permanecendo no cargo enquanto o PDC governou o município).¹⁸ Parece evidente, portanto, as possibilidades de trabalho que se abriam para as assistentes sociais naqueles anos, e o protagonismo que elas teriam na questão urbana, em especial no trabalho com as favelas, contribuindo diretamente para iluminar o problema. Se até aqui pouco sabemos da trajetória de Godinho, é possível dizer que seu primeiro estágio nas favelas lhe deu perspectivas de como seguir a carreira. Ali ela pôde definir pela primeira vez o trabalho possível a ser feito com aquela população, reconhecendo na doutrina católica – que precisava ser-lhes ensinada – um caminho para a superação da situação; mas vislumbrando a importância de um pensamento sistêmico que contribuísse com uma perspectiva de planejamento territorial.

2. EXPERIÊNCIA

Se Marta tomou contato com a favela do Canindé em meados dos anos 1950, Carolina havia chegado nessa favela ainda em 1947 ou 1948, dez anos depois de ter chegado em São Paulo e nunca

¹⁷ A Escola de Serviço Social de São Paulo foi fundada por Maria Kiehl e Albertina Ramos (formadas na Escola de Serviço Social de Bruxelas) e dirigida inicialmente por Odila Cintra Ferreira. Surge como resultado das ações de mulheres católicas de elite que se lançavam na filantropia, mas também no mercado de trabalho. Nesse início, participaram: Eugênia da Gama Cerqueira (secretária), Albertina Ambrust (tesoureira), Alice Meirelles Reis (auxiliar da presidente), Mary Quirino dos Santos (auxiliar da secretária) e Nair de Oliveira Pirajá (auxiliar da tesoureira). Foi nesse período que “se formaram as primeiras assistentes sociais brasileiras: Heloísa Tapajós de Moraes, Anna Rosa Camargo Moura, Dina Bartolomeu, Yolanda Maciel, Lucy Pestana Silva, Guiomar Urbina Telles, Haütil Prado, Maria José da Silveira, Nair de Oliveira Coelho, Nadir Gouvêa Kfourir, Helena Iracy Junqueira, Fátima Vasta de Souza, Maria Ignez de Barros Penteadó e Maria Amélia de Andrade Reis”. Outro nome importante foi o de Edith Junqueira, que membro da Ação Católica e fundadora da Juventude Operária Católica/ Feminina (JOC), incentivou a criação de um restaurante feminino no centro, bem como a criação de algumas creches para as mães operárias, e ainda fundaria o Centro Social Leão XIII em 1941 (Cintra, 2017).

¹⁸ Nas eleições daquele ano de 1955, Helena Iracy foi eleita vereadora (com 3.652 votos), e exerceu o mandato de 1956 a 1959. Nessa mesma década, exerceu o cargo de vice-presidente da *União Católica Internacional de Serviço Social* (UCISS), organismo internacional fundado em 1925 e que atuava como entidade observadora na ONU (Cintra, 2010).

PENSAR FORA DO EIXO

ter conseguido uma casa para si. Trabalhando como catadora de papel e sucata, depois de ter trabalhado como empregada doméstica e vivido na casa dos patrões, foi depois de sua primeira gravidez que ela acabou buscando na favela um espaço para a família.

Formada a partir do despejo de moradores de um terreno particular no Tatuapé, a favela do Canindé surge como uma pequena ocupação na várzea do Tietê, no final da rua Felisberto de Carvalho, no bairro do Canindé. O arruamento existente comprova a ocupação não espontânea, mas guiada pelos agentes da prefeitura. O local era considerado privilegiado por ser central, estar perto de algum comércio e de ponto de transporte. Tanto assim que a partir dessa ocupação inicial, a favela passou a atrair novos moradores e a crescer, inaugurando um mercado de venda e aluguel de barracos.

Aqui na favela há os que fazem barracões para residir e os que fazem para alugar. E os alugueis são 500 a 700,00. E os que fazem barracões para vender. Gasta 4 mil cruzeiros e vendem por 11 mil cruzeiros - 28 de maio de 1955 (Jesus, [1960] 2014, p. 45-6).

Carolina estabelece relações com a vizinhança no bairro – vende papelão, recebe comida, faz amizade. Como mais uma das centenas de milhares de migrantes que aportaram em São Paulo em busca de construir uma vida melhor, Carolina busca refazer os laços rompidos pela migração, embora jamais aceite a condição de favelada. Talvez por isso também seu relato seja tão importante ainda hoje, pois nenhum espaço para a idealização da favela é possível: “Casa é casa, barracão é barracão” (Jesus, [1960] 2014, p. 42).

Quando, após o jornalista Audálio Dantas escrever a reportagem sobre a favela do Canindé e lhe convencer a lançar o diário como livro, a possibilidade de deixar a favela se torna real. A diferença entre a vida na favela e a vida na cidade se faz presente na conta que ela anotou no dia 8 de maio de 1960, materializada na distância entre o valor ganho vendendo sucata e o valor que recebe de um tal Sr. Lelio, da editora que lançara seu livro:

Hoje eu ganhei:
22,00 de ferro velho
10,00 de um freguês na livraria
20,00 do repórter da “Última Hora”
500,00 do pai da Vera
2.000,00 do Senhor Lelio

2.552,00 (Jesus, 1961, p.17, grifo meu)

Diante do sucesso alcançado pela publicação, no qual trechos do diário exibiam discernimento crítico e senso de cidadania travestidos de desejos e esperanças, Carolina deixa para trás a vida de *favelada*. Para promover a obra, no entanto, seria numerosas vezes levada de volta ao Canindé, encenando uma vez mais o improvável: a escritora que veio da favela. Hoje, o interesse renovado

PENSAR FORA DO EIXO

por sua obra nos faz lembrar que apenas na semana do lançamento foram vendidos dez mil exemplares de um livro que chegou a ser publicado em 14 países. Não há dúvidas que esse livro foi responsável por colocar a favela na ordem do dia: ganhou resenhas e comentários em jornais e revistas em todo o Brasil e logo também no estrangeiro, e fez de sua autora uma personagem conhecida em todo o mundo (Penteado, 2018). Poucos anos depois, Françoise Ega, uma martinicana radicada em Marselha que também trabalhava como doméstica, escreve cartas para Carolina – “Je t’ai découverte, Carolina, dans l’autobus...” – a quem chama de sua “irmã” e, com o que se tornou um romance epistolar, inicia ela também uma improvável carreira de escritora (Ega, 2019).¹⁹ Mas esse reconhecimento é complexo, em geral atravessado pelas representações preconceituosas da favela e dos favelados. Há um muro que a(s) separa da cultura letrada, e o que a(s) permite entrar é a ideia da escrita de testemunho, o relato testemunhal. A literatura, como arte, não lhe(s) é facultada.²⁰

A atividade de ler e escrever, entretanto, é o que devolve à Carolina sua humanidade. Ao fazer da palavra um território de pertencimento e de afirmação, fez daquele espaço inumano e selvagem seu espaço de sobrevivência, seu mundo privado, seu sonho de fuga. Mas a fuga havia de ser necessariamente coletiva, pois a favela não devia existir: “Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. *Espero que os políticos extingue as favela*” (Jesus, [1960] 2014, p. 20, grifo meu). Em muitas entradas do diário vemos como a leitura e a escrita foram as formas pelas quais Carolina criou para si um espaço de intimidade, aquilo que o barraco na favela não lhe permitia ter: “Eu hoje estou triste. Estou nervosa. [...] É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo (Jesus, [1960] 2014, p. 41).

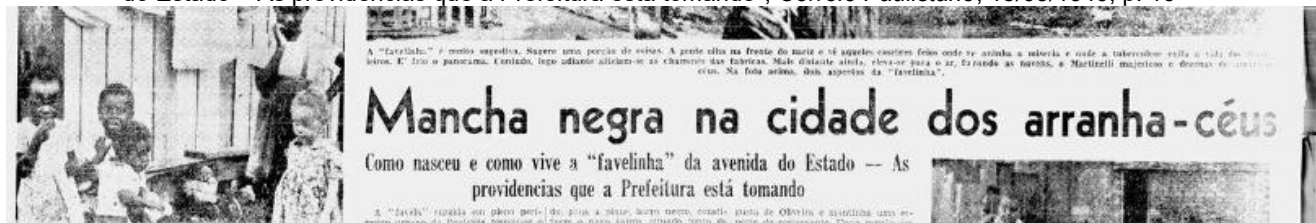
¹⁹ Em março de 1962, ela escreve: “Sim, Carolina, as misérias dos pobres em todo o mundo são como irmãs; a gente lê por curiosidade... Eu nunca vou ler tudo o que você escreveu, eu sei, mas é fato que as pessoas mais indiferentes fazem um estrondo com as suas palavras (...)” (Ega, [1968] 2019, p. 22). Ao adotar a forma de “cartas” como estratégia literária e discursiva, Ega elabora isso que chamei de romance epistolar, que a insere no campo literário de maneira muito sofisticada.

²⁰ Na resenha publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 29 de agosto de 1960, dez dias após o lançamento oficial do livro, lemos: “Percorro, com esforço, mas fascinado, um território desconhecido. Aqui todas as nossas noções estéticas se embaralham, os nossos conceitos literários se confundem, e nós terminamos numa perplexidade ansiosa: o que emociona um leitor de romances? O drama que ele nos relata, ou a arte do autor em relatá-la? A literatura, ou a vida? Mas, no caso, a arte é a própria vida. Não se trata de ficção, a obra de Carolina Maria de Jesus é o mais realista dos romances, porque retrata a autenticidade de uma experiência vivida, com essa brutalidade, essa vulgaridade cotidiana que a imaginação mais desenfreada seria incapaz de criar e a arte mais requintada incapaz de exprimir [...] *Não sei se 'Quarto de despejo' é, rigorosa-----mente falando, uma boa obra literária*, mas é um livro que empolga e marca, tão cedo não esquecerei de sua leitura”. (Marisa Lajolo *apud* Penteado, 2018, p. 54, grifo meu). No mesmo jornal, no “Suplemento Feminino” no final do ano de 1960, em um comentário não assinado: “Sua história é a encarnação dos frios e distantes relatos da fome. Ai, o valor desse livro, sua atualidade e denúncia. É um documento e como tal deve ser compreendido. *Será ridículo e mesmo fora de qualquer cogitação mais séria pretender literatura nessas anotações diárias de Carolina Maria de Jesus*”. (A mulher, 1960, p. 36, grifo meu). Nota-se a dificuldade de se aceitar o livro como parte do acervo literário nacional.

PENSAR FORA DO EIXO

Em contraposição, o trabalho de Marta Godinho – a despeito de sua formação profissional – evidenciava o modo mais comum como os homens e mulheres que viviam nas favelas eram vistos por aqueles que não viviam ali: em geral como seres pouco civilizados, pouco afeitos a vida do trabalho, *seres marginais* que precisavam, pela educação, serem enquadrados na vida urbana. Desde os anos 1940, as notícias de jornal promoviam essa forma de compreendê-los, criando uma série de representações negativas que animalizavam e violentavam seus moradores. Favelas foram chamadas de “taperas”, “pocilgas”, “redutos de miséria”, “antro de malandragem e vagabundagem”, “reduto de marginais”, “amontoado disforme”, “tugúrios sórdidos”, “mancha negra na cidade de arranha-céus”, “casario de taboas escuras”, “universidade do crime”, “chiqueiros”, “casas de cachorro”, “depósito humano”, “cochicholos”, “núcleos de desagregação social”, e muitas outras expressões negativas. Imagens que certamente contribuíram para o imperativo do extermínio das favelas nos anos 1950, incluindo a ideia da educação necessária daqueles sujeitos para a vida urbana (Castro e Flock, 2025).

Fig. 4: Trecho da matéria "Mancha negra na cidade dos arranha-céus. Como nasceu e como vive a 'favelinha' da Av. do Estado – As providências que a Prefeitura está tomando", *Correio Paulistano*, 15/03/1946, p. 16



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Marta, em seu relatório, notava que se a favela era o último refúgio para quem não tinha dinheiro ou trabalho, era também o espaço que os impedia de avançar. Entre preconceitos de classe e um olhar ainda em formação, que às vezes lhe fazia duvidar do que aprendera, a assistente oscilava em aplicar os ensinamentos da disciplina que em tese lhe daria os melhores caminhos e a raciocinar diante do que vivenciava, questionando os sentidos e os rendimentos daquela desigualdade para o próprio sistema.

3. DESLOCAMENTOS

Carolina deixou a favela antes que o Canindé fosse alvo de um novo projeto de desfavelamento da Prefeitura – por conta de uma enchente que chamou a atenção do poder público – em dezembro

PENSAR FORA DO EIXO

de 1960.²¹ Na sua casa nova, no bairro de Santana, pôde ter o conforto que jamais havia tido durante os quase vinte anos que viveu na favela.²² Enquanto isso, eleito prefeito pela segunda vez, Prestes Maia²³ decide desmontar de vez aquela favela, mobilizando diversas instâncias da administração pública. O projeto está registrado no Relatório do *Desfavelamento do Canindé*, publicado em 1962, redigido pela assistente social Helena Iracy Junqueira.

Nele se indica, junto a Divisão de Serviço Social – responsável pela execução do Plano –, a participação dos Departamentos de Patrimônio e de Obras, das Divisões de Limpeza Pública e de Parques e Jardins, e das Seções de Iconografia e de Plantas, o que já evidencia uma maior coordenação dentro da gestão pública. Junqueira esclarece que aquele plano tinha a pretensão de ser uma “ação modelo” que pudesse chamar a atenção do poder público, bem como da iniciativa privada, para os “problemas da habitação popular” enfrentados em São Paulo (PMSP, 1962, p. 5).²⁴ O documento reúne em cem páginas uma descrição minuciosa do projeto de desfavelamento e uma parte de seus resultados (não constando os dados qualitativos dos moradores). Um breve histórico de ações prévias contextualiza a “nova” intervenção, e a descrição detalhada do processo empregado e a análise das repercussões projetam um possível movimento mais amplo de desfavelamento.

O texto é acompanhado por fotografias que documentam a situação da favela, uma planta detalhando o aglomerado e localizando as famílias, fotografias do trabalho das assistentes, do processo de desmonte e da construção das novas casas.²⁵ É notável, também aqui, o interesse na situação das mulheres, e sobretudo das meninas: foram propostos cursos de qualificação profissional visando sua colocação nos serviços domésticos – “o” espaço de absorção da mão de obra negra feminina (já defendido por Godinho em seu relatório) –, buscando despertar-lhes um senso de independência a partir do trabalho remunerado.

Se a erradicação total das favelas devia ser vinculada à uma política de desenvolvimento mais ampla, algo que “a situação econômica do país ainda por algum tempo não o permitir[ria]”, no caso

²¹ Enchentes castigavam a área “há 15 anos”, diz Junqueira, mas a do ano de 1960 parece ter sido mais violenta. As assistentes sociais teriam entrado de barco na favela, e recolhido a quase totalidade dos moradores ao Albergue Noturno da Associação Cívica Feminina durante um mês, fornecendo além de abrigo, almoço durante um mês. Os mais doentes foram encaminhados para hospitais. (PMSP, 1962).

²² “Comprei moveis e roupas e utensilio de casa. Comi tudo que desejava comer. Carne, peixe, uva, azeitona, bacalhau e queijo. Quando eu estava na favela eu pensava: oh se pudesse comer bacalhau! Estas coisas para mim era abstrata e agora são concretas. Tomo banho todos os dias no chuveiro elétrico e deito no meu colchão de molas” - anotação de 9 de dezembro de 1960. (Jesus, 1961, p.102).

²³ A segunda gestão foi entre 08/04/1961 e 07/04/1965.

²⁴ Ainda em 1955, a CASMU havia sido substituída pela Divisão de Serviço Social, pela lei 4.637 de 12/04/55. Entre 1955 e 1957, Hugo Malheiros é seu diretor. Junqueira assume em 1960, permanecendo na direção até 1965.

²⁵ Organizado em quatro partes, Introdução; O Desfavelamento do Canindé; Repercussão dessa Experiência e Anexos, o volume visou reunir os principais pontos tanto da ação quanto de sua avaliação, bem como indicar possíveis desdobramentos. (PMSP, 1962).

PENSAR FORA DO EIXO

de São Paulo, diz Junqueira, seria possível construir um plano próprio, pois vivia-se na cidade uma situação particularmente favorável:

[...] o número relativamente pequeno de favelados, as pequenas proporções da maioria das favelas [...], *amplas possibilidades do mercado de trabalho desta cidade*, sua topografia, possibilitando *aproveitamento de vasta área de terra da periferia ao longo de vias de comunicação e nas proximidades da indústria que lá se instalam* (PMSP, 1962, p. 17, grifo meu).

Considerada “uma das piores [favelas] de São Paulo, quanto às condições dos barracos, de higiene, e da sua população que se apresentava deficitária sob muitos pontos de vista”, os resultados do desfavelamento do Canindé teriam sido do ponto de vista da assistente social “muito alentadores”. O documento indica que foram contempladas 230 famílias, das quais 140 saíram da favela para uma casa própria (adquirida: 57; construída: 83; das quais 62 seriam de alvenaria e 21 de madeira; distribuídas por 75 diferentes bairros ou vilas) perfazendo um total de 60% de famílias atendidas. (PMSP, 1962, p. 42-43). No material anexo ao final aparecem listados os 75 bairros, indicando a imensa dispersão, ou o sentido de periferização, sobretudo para a região leste, que a partir da década de 1970 se consagra como a solução possível (PMSP, 1962, anexo n. 16).

Em 18 de dezembro de 1963, já um pouco esquecida pelos leitores – que parecem não ter mais tanto interesse pelo fenômeno de uma *escritora favelada* – após de ter publicado um segundo volume de seu diário: *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), sem obter o sucesso esperado, Carolina também se muda para o arrabalde, tendo conseguido comprar um sítio em Parelheiros, bairro semi-rural nos arredores sul da cidade. A mudança, e sua quase retirada de cena, certamente tem a ver com as dificuldades em ser aceita na “sala de visitas”, mas também com um desejo de retornar a uma vida mais próxima da natureza.²⁶

Godinho, por sua vez, seguia sua formação. Nesse mesmo ano de 1963 tornou-se bolsista do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA), sediado em Bogotá. Fundado como um braço da OEA, a instituição foi responsável por cursos de formação para arquitetos, assistentes sociais, antropólogos e também lideranças populares (Montoya Pino; Ramirez Nieto; Aravecchia-Botas, 2024). Ali, um pouco antes, a assistente carioca Josephina Albano havia desenvolvido um trabalho fundamental na organização de cursos e na formulação de materiais para subsidiar o trabalho nas favelas²⁷. Seu manual “El Factor Humano en los programas de rehabilitación de tugúrios”

²⁶ Em 5 de julho de 1960 ela anotara no diário: “... Levantei as 2 horas, fiquei lendo. Pensando na minha vida que está transformando-se. – Enfim vou ter uma casinha e um terreno para findar meus dias. Vou plantar flores, criar galinhas, e assim vou ter um musico para cantar de madrugada: o seu có-có-ro-có! (Jesus, 1961, p. 29).

²⁷ Josephina Albano, após trabalhar na OEA e no CINVA, retorna ao Brasil e se torna “assessora da presidência e chefe do Serviço Social da COHAB, nas áreas de orientação às famílias, programação da infraestrutura social e comunitária” (Gonçalves e Bernmegui, 2025).

PENSAR FORA DO EIXO

(Albano, 1957) foi uma referência para os interessados nas favelas, tendo sido base para projetos na Colômbia, num continente que via o número dos assentamentos precários crescer exponencialmente nas décadas seguintes.

Fig. 5: Capa do manual escrito pela assistente social carioca Josefina Albano para o CINVA: “El Factor Humano en los Programas de Rehabilitación de Tugúrios” de 1957



Fonte: Acervo CINVA, Biblioteca UNAL (Reprodução)

Durante a estada em Bogotá, Marta deve ter tido contato com esse e outros textos elaborados naquela instituição. Em seu curso no CINVA, ela produziu ao menos três trabalhos: “Aportes del Servicio Social a los programas de Vivienda por Autoconstrucción”; “Instalações sócio-culturais na escala de um bairro latino-americano” e “O desenvolvimento da Vivienda. Aspectos econômicos, culturais e políticos”, todos datados de 1963.²⁸ A experiência inicial, de 1955, a chance de trabalhar dentro das favelas e a sua passagem posterior pelo CINVA, local fundamental de treinamento técnico e extensão, certamente contribuíram para mudar seu olhar para as favelas.

De volta ao Brasil, Marta seguiu interessada no tema da habitação. Após o período de especialização em Bogotá, ela retorna a São Paulo e se torna uma profissional reconhecida e atuante, chegando a ser a secretária de assistência social na gestão municipal de Mario Covas, nomeada pelo prefeito em 1983.

Em 1966, no lugar da antiga Divisão, havia sido criada a Secretaria de Bem Estar Social (Sebes) por meio da Lei 7.457. Durante esses anos, Godinho publicou: “Aspectos Sociais da Habitação” (1967) e Política Habitacional (1980), e entre os dois trabalhos, defendeu na PUC de São Paulo uma tese de doutorado intitulada “Metropolização e planejamento social” (1974). Além disso, em

²⁸ Não tivemos ainda acesso aos trabalhos, apenas aos títulos. O Acervo do CINVA hoje se encontra na Biblioteca da Universidade Nacional da Colômbia.

PENSAR FORA DO EIXO

1971 coordenou para a Prefeitura um “Projeto de Remoção de Favelas”, dirigindo a equipe multidisciplinar envolvida naquela ação na condição de Diretora do Departamento de Habitação e Trabalho, o que também a colocou na chefia da equipe que conduzia o “Estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo” (1974), na gestão do prefeito Miguel Colassuono, como resultado do primeiro Cadastro Geral de Favelas.²⁹

CAMINHOS: OU À MODO DE CONCLUSÃO

Se a favela em São Paulo, como questão social e objeto de intervenção, revela um processo tardio quando comparado a outras metrópoles latino-americanas, ao se considerar que o primeiro cadastro geral de favelas foi elaborado apenas em 1973, é possível afirmar, por meio da observação da trajetória dessa assistente social e dos documentos produzidos pela municipalidade (e por outros agentes e instituições) que uma série de estudos, ações e intervenções menos sistemáticas mas recorrentes desde a década de 1950 vinham mirando as favelas da cidade.

Exemplos disso seriam o levantamento e o mapa de favelas feitos pela Sagmacs no âmbito da Pesquisa da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista em 1956; o surgimento do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD) em 1962, certamente impactado pela obra de Carolina de Jesus (CASTRO e JANOTI, 2025); a Pesquisa Sócio-econômica em Favelas do Serviço de Habitação Popular (1967); ou mesmo o “Projeto de Remoção de Favelas” do início da década de 1970, que Marta Godinho coordena, a partir da proposta de criação de Centros de Triagem (V. H. P.) como estágio intermediário e provisório para controlar o aumento das favelas e abrigar “adequadamente” essa população (Godinho, 1971)³⁰. Para além de mera documentação representativa da época, os estudos, propostas e projetos mencionados se configuram como um dispositivo crítico capaz de desvelar os complexos tensionamentos que faziam parte da própria modernização e que colocaram a favela em um lugar de pouca visibilidade.

Do nosso ponto de vista, parece ter havido na própria historiografia de São Paulo uma certa dificuldade em reconhecer a favela como parte da história da cidade antes da década de 1970, pois a

²⁹ Sendo o Secretário de Bem-Estar Social o professor Henrique Gamba, o estudo é feito no âmbito da Coordenação do Programa de Estudos e Documentação (COPED) da PMSP, e publicado em outubro de 1974. Pelo que pesquisamos até aqui, este é o trabalho resultante do primeiro cadastro geral.

³⁰ Nesse documento, Marta também apresenta uma definição de “favela”, como fizera em 1955, qual seja: “constitui-se como um dos agrupamentos de habitação sub-normal e se caracteriza como um conjunto de casas em que a madeira, a lata, o zinco e o papelão aparecem como materiais construtivos, irregularmente distribuídos ou em terrenos abandonados, ou em litígio, ou de propriedade do poder público, geralmente insalubres, desprovidos de recursos de infra-estrutura. Os barracos construídos pelos próprios interessados (moradores ou locadores) de forma rústica ou primitiva, sem levar em consideração os padrões mínimos construtivos. Oferece aspecto paisagístico em dissonância com as estruturas das grandes cidades, onde comumente aparecem como fenômeno significativo do processo de urbanização ao lado de outras formas de habitação sub-normal”. (Godinho, 1971, p. 3).

PENSAR FORA DO EIXO

comparação constante com o Rio de Janeiro a tornava um fenômeno “menor” diante da imagem de uma metrópole industrial que capitalizava o desenvolvimento nacional. Apenas quando o termo “periferia” começou a fazer parte dos debates é que as favelas também se tornaram evidentes. O quanto isso se deveu apenas aos números, o quanto também se deveu às representações da cidade, é algo que esta pesquisa ainda precisa investigar.

Por ora, notamos que ao ampliar o campo de visão para além da arquitetura e do urbanismo, o serviço social aparece diretamente implicado no reconhecimento da favela como questão, formulando um primeiro olhar profissional para o tema. As primeiras iniciativas de intervenção foram conduzidas por assistentes sociais cuja formação – marcada por preconceitos de classe, elementos morais e a influência da doutrina católica – foi posta à prova no contato direto com a realidade das favelas. Enquanto o olhar técnico, como o de Godinho, tendia inicialmente a marginalizar os moradores, a experiência de Carolina, registrada em seus diários, ofereceu uma narrativa “desidealizada” que foi essencial para aproximar aqueles sujeitos e colocar a questão da favela na ordem do dia.

Nesta trajetória de Marta Godinho, a viagem a Bogotá para uma especialização no CINVA, é ela mesma indicativa de como a experiência concreta nos espaços da favela tensionava e transformava os referenciais técnicos de intervenção, deslocando saberes e reconfigurando práticas. E o CINVA – como espaço crucial para a articulação de um saber técnico transnacional sobre os assentamentos precários na América Latina – provavelmente forneceu-lhe outras perspectivas que merecem ser debatidas. A análise das práticas de intervenção social que posteriormente foram se assentando na metrópole paulista permanecem como caminhos abertos para a pesquisa futura, visando, como dissemos, situar São Paulo de forma mais robusta na história urbana e social da favela no continente latino-americano. Seguimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ABOY, R. (org.). Dossiê: Villas Miseria, Favelas y Asentamientos: nuevas rutas en História Urbana. **Revista Urbana**. V. 9 n. 1, jan-abr., 2017.

ALBANO, M. J. R., **El Factor Humano en los programas de rehabilitación de tugurios**, Bogotá: Cinva, 1957.

A MULHER em 1960: alegria e amargura". Suplemento Feminino, **O Estado de S. Paulo** (30/12/1960), p. 36-41. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601230-26282-nac-0036-fem-5-not/busca/Carolina+Jesus>. Acesso em 5/4/2026.

ARAVECCHIA-BOTAS, N.; CASTRO, A. C. V. de, “Fim de semana” e “Loteamento clandestino”: aproximações ao universo da habitação popular em São Paulo (1970–1990).

PENSAR FORA DO EIXO

RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura, (11), 2025, 114–141.
<https://doi.org/10.9771/rua202465703>.

BRASIL, Regina Dias. **Histórico da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social 1951 - 2013**. Levantamento histórico sobre a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

CASTRO, A. e FLOCK, J. Una presencia-ausencia como problema de investigación: las primeras favelas de São Paulo (1940-1970). In: CRAVINO, M.C. e GONÇALVES, R. (Orgs.), **Assentamientos precários y memorias de villas y favelas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2025.

CASTRO, A., JANOTI, V., O Movimento Universitário de Desfavelamento: contribuições para a história da urbanização de favelas em São Paulo (1961-1967). **O Social em Questão**, n. 64, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2025. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=74705&nrSeqCon=74428.

CINTRA, S. V.. “As mulheres no Serviço Social”. In: **Anais da I Semana de História do Pontal: cultura, educação e ambiente** (III Seminário de práticas educativas, de 22 a 24 de novembro de 2010), Ituiutaba, Minas Gerais. Coordenação: Angela Teles, Eduardo Giavara, Marco A. C. Sávio, Janaina Zito Losada. Ituiutaba: UFU, FACIP, 2010.

_____, “O Serviço Social na divisão social do trabalho: permanências e condicionalidades para as mulheres”. In: **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1527505614_ARQUIVO_ST115-Oservicosocialnadivisaosocialdotrabalho-Soraia.pdf). Acesso em 5/4/2024.

EGA, F. **Cartas a uma negra** [*Lettres à une noire*, 1968]. São Paulo: Todavia, 2019.

FLOCK, J., **Memórias do apagamento: as primeiras favelas paulistanas (1940-1960)**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, Fapesp/ FAUUSP, 2021.

GODINHO, M. T., **O Serviço Social nas favelas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Assistência Social, São Paulo: Escola de Serviço Social, 1955.

_____, **Aportes del Servicio Social a los programas de vivienda por autoconstrucción**. Bogotá: Cinva, 1963.

_____, **Instalações sócio-culturais na escala de um bairro latino-americano**, Bogotá: Cinva, 1963.

_____, **O desenvolvimento da Vivienda. Aspectos econômicos, culturais e políticos**, Bogotá: Cinva, 1963.

_____, **Aspectos Sociais da Habitação**. Rio de Janeiro: CBCIS, 1967.

_____, **Projeto de Remoção de Favelas**. São Paulo: SEBES, 1971.

PENSAR FORA DO EIXO

_____. **Metropolização e planejamento social**. Tese (doutorado). Escola de Serviço Social, PUC, 1974.

_____. Política Habitacional, **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: PUC-SP/ Cortez, n. 2, 1980.

GORELIK, A., **La ciudad latino-americana: una figura de la imaginación social del siglo XX**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2022 (Publicado em português: *A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX*. Salvador: Ed. UFBA, 2024 (Tradução José Carlos Huapaya Espinosa).

GONÇALVES, R.; BENMERGUI, L., Maria Josephina Rabello Albano: uma assistente social transnacional, **O Social em Questão**, PUC-RJ, v. 1, n. 54, set-dez, 2022, pp. 111-136.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. de, **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

IBGE, **Alfabetização, Conheça o Brasil: População**, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html>
Acesso em: 3/4/2026.

_____. **Favelas e Comunidades Urbanas 2024**. Notas metodológicas n. 01. Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-retoma-termo-historico-para-censos-e-pesquisas/liv102062.pdf>. Acesso em: 3/4/2026.

JESUS, C., **Quarto de despejo. Diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

_____. **Casa de Alvenaria. Diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Cruzeiro, 1961.

MONTOYA PINO, A.P; RAMIREZ NIETO, J.; ARAVECCHIA-BOTAS, N. (Eds.), **CINVA: Un proyecto latinoamericano 1951–1972**. Bogotá: IEU-UNAL, 2024.

MORSE, R. **De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

PENTEADO, G., **Estética da vida no limite: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em Quarto de Despejo (Diário de uma favelada)**. Tese (Doutorado), Porto Alegre: IL-UFRGS, 2018.

PMSP, **Desfavelamento do Canindé**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1962.

_____. **Estudo sobre o fenômeno da favela no município de São Paulo**. Boletim HABI, Caderno especial 01. São Paulo: COPED, SEBES, out. 1974.

_____. **Prefeitos da cidade de São Paulo**. Secretaria de Documentação, Câmara Municipal de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/biblioteca-novo/wp-content/uploads/sites/34/2021/09/Dossie-PrefeitosLista.pdf>. Acesso em 4/4/2026.

TASCHNER, S. P., “Favelas em São Paulo, censos, consensos e contra-sensos”. **Cadernos Metrópole**, n. 5, São Paulo, 2001.